



“Educação como prática de Liberdade”:  
cartas da Amazônia para o mundo!

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA)  
SET-OUT 2021

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

9191 - Resumo Expandido - Trabalho - 40ª Reunião Nacional da ANPEd (2021)

ISSN: 2447-2808

GT05 - Estado e Política Educacional

## APROPRIAÇÕES CONCEITUAIS DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO PROJETO PEDAGÓGICO DE UM CURSO DE ENSINO MÉDIO INTEGRADO EM RONDÔNIA

Fábio Mamoré Conde - UCDB - Universidade Católica Dom Bosco

### **APROPRIAÇÕES CONCEITUAIS DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO PROJETO PEDAGÓGICO DE UM CURSO DE ENSINO MÉDIO INTEGRADO EM RONDÔNIA**

#### **Resumo**

Este trabalho tem como objetivo analisar como o projeto pedagógico do curso (PPC) de agropecuária, integrado ao ensino médio, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), se apropria dos conceitos discutidos na Política de Educação Profissional e Tecnológica (EPT), no contexto da criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência, Tecnologia (IFET) no Brasil. Justifica-se o IFRO, por estar localizado na região Norte do país, um dos destinos da política de expansão da EPT. A metodologia abrange pesquisa bibliográfica e documental, com fontes relativas à regulamentação nacional da política da área e o PPC de Agropecuária. Como resultados iniciais, o referido PPC sinaliza a apropriação da pretendida mudança do projeto societário e concepção de educação presente na política nacional, que induzem a perspectiva politécnica à área. Considera-se, ainda, que, embora o PPC indique apropriações conceituais da política EPT, mostra, também, apelo à formação técnica e empreendedora, traduções da concepção hegemônica de capital humano.

**Palavras-chaves:** Política educacional, concepção de mundo, educação profissional e tecnológica.

#### **Introdução**

O termo “contexto” adotado visa orientar a compreensão dialética das múltiplas mediações com as quais as políticas educacionais se articulam (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2006). Assim, tem-se que a educação, as forças sociais e as respectivas legislações são discutidas à luz da disputa em torno de projetos societários (RAMOS, 2014). Estes traduzem distintas concepções de mundo, que, concordando com Duarte (2016), são constituídas por conhecimentos e posicionamentos valorativos acerca de múltiplas dimensões, ou seja, da

vida, da sociedade, da natureza, das pessoas e das relações entres todos esses aspectos. Sendo, ainda, de acordo com o autor, simultaneamente individual e coletiva, isto é, expressam as singularidades de cada indivíduo, sem deixar de ser constituída coletivamente, tanto nos seus conteúdos e suas formas.

Nessa direção, na análise de Pacheco (2009), os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFET) no Brasil representam um novo tipo de instituição articulada com o projeto de sociedade que estava em curso no país. Apreendidos, segundo o autor, como um projeto progressista que entende a educação como uma estratégia de ação política e de transformação social, em vista de modificar a vida social.

Frigotto (2011) analisa que nesse contexto o bloco de forças sociais, representado a partir de 2003, com a posse de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), do Partido dos Trabalhadores (PT), pretendia alterar a natureza do projeto societário que, até então, era demarcado pela racionalidade inspirada na lógica neoliberal. No âmbito da política educacional de EPT houve a expectativa da adoção da perspectiva politécnica, integrada, com articulação entre formação geral, as ciências e as humanidades com a formação específica, profissional, técnica e tecnológica (CIAVATTA, 2007). Como parte do projeto societário da classe trabalhadora, a politecnia possui como ponto de referência a noção de trabalho, o conceito e o fato do trabalho ser o princípio educativo geral (SAVIANI, 2003).

Concepção antagônica à priorizada pelo Ministério da Educação do governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) (1995-2002), do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), que visava separar a formação geral e a formação profissional na política de EPT. O Ministério da Educação do período dispôs que o “marco legal promoveu a separação formal do ensino técnico do ensino médio, tornando-o complementar, e flexibilizou a estrutura curricular para permitir o retorno dos egressos ao sistema” (BRASIL, 2002, p. 11). Durante o governo FHC foram propaladas as noções de, entre outras, empregabilidade e empreendedorismo social, ou seja, noções que intensificam a concepção de capital humano (FRIGOTTO, 2018). A formulação da concepção de capital humano estabelece, de maneira linear e desconsiderando a desigualdade social histórica, que o investimento em educação é algo tão ou mais rentável que os demais investimentos (FRIGOTTO, 2015), traduzindo, assim, a visão economicista da educação.

Os IFET, avalia Pacheco (2009), teriam condições de protagonizar um Projeto Político-Pedagógico inovador, progressista e “capaz de superar a barbárie neoliberal e restabelecer o ideal da modernidade de liberdade, igualdade e fraternidade [...]” (PACHECO, 2009, p. 11). Silva (2003) afirma que o projeto político-pedagógico aglutina fundamentos políticos e filosóficos, com a definição de valores, princípios e comportamentos para convivência humana, e sinaliza, ainda, os indicadores de uma boa formação.

Diante desse contexto, o presente texto examina como se expressam, na primeira versão do projeto pedagógico do curso de agropecuária, integrado ao ensino médio, (PPC de Agropecuária) (IFRO, 2010a), os aspectos conceituais discutidos no contexto da criação dos IFET, entre eles, o Instituto Federal de Rondônia (IFRO), por meio da Lei nº 11.892/2008 (BRASIL, 2008), aprovada no governo Lula da Silva (2003-2010).

As questões aqui discutidas, constituintes do processo de doutoramento em educação, estão metodologicamente ancoradas na pesquisa bibliográfica (GIL, 2008) e na análise documental (EVANGELISTA, 2012). Os documentos examinados são relativos à regulamentação nacional e, em especial, o projeto pedagógico do curso. A justificativa do contexto consiste em compreender que as forças sociais no período pretendiam alterar a

natureza do projeto societário; ou seja, as políticas são fundamentadas em distinta concepção de mundo.

### **Projeto Pedagógico do Curso Técnico de Agropecuária integrado ao Ensino Médio do Instituto Federal de Rondônia**

Considera-se o Projeto Pedagógico de Curso como um importante instrumento político-pedagógico, cuja particularidade implica integrar as políticas nacionais e institucionais, traduzindo-as para a realidade do campus. Possibilita, ainda, articular demandas sociais e produtivas, a fim de que o curso possa adequar o projeto societário às suas particularidades.

Especificamente sobre o PPC de Agropecuária, o primeiro aspecto da relação entre a mudança na política nacional e o projeto pedagógico consiste na sinalização de alinhamento com as discussões realizadas no Seminário Nacional do Ensino Agrícola da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (BRASIL, 2008), ocorrido em 2008. Nos anais do seminário, há a defesa de uma educação para o trabalho voltada para uma formação mais ampla e humana, em que qualificação técnica e qualificação para a vida caminham lado a lado.

O PPC assinala que a juventude brasileira exigiria que a educação média atendesse uma dupla necessidade: formação humanística geral de qualidade e o acesso à conhecimentos específicos que viabilizem a continuidade dos estudos e o ingresso na vida profissional produtiva (IFRO, 2010a). Preocupação similar ao pensamento de Pacheco (2009) e na esteira do documento do Ministério da Educação (MEC), orientador para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio (BRASIL, 2007), que buscava lidar com o conhecimento em uma perspectiva não fragmentada.

Como expressão da disputa de concepções na área, o PPC utiliza como orientador a resolução do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica (CNE/CEB) elaborada no momento histórico que estabeleceu a separação do ensino médio e da educação profissional, ou seja, a Resolução CNE/CEB nº 4/1999, ainda vigente no período. A mencionada Resolução adota princípios distintos da proposta politécnica que orienta a política de EPT a partir de 2003, em especial, após a criação dos IFET.

Nos objetivos geral e específicos do PPC de Agropecuária há, também, a predominância da dimensão técnica da formação. O objetivo geral do curso menciona estritamente a habilitação técnica, sem citar a dimensão do ensino médio no processo de formação, visto que a integração entre formação profissional e o ensino visa uma formação nas múltiplas dimensões humanas. O PPC define 12 objetivos específicos do curso, sendo que todos indicam, exclusivamente, elementos técnicos da formação (IFRO, 2010a).

Aspectos que sinalizam a presença da concepção de capital humano, adotada no governo FHC (1995-2002) e criticada nos documentos orientadores dos IFET (BRASIL, 2003; BRASIL, 2007a; BRASIL, 2007b). O PPC considera o aluno enquanto agente do processo da aprendizagem por prever o desenvolvimento de projetos, mas, cabe destacar, estes são concebidos a partir de uma perspectiva empreendedora (IFRO, 2010a), expressão da concepção de capital humano.

A concepção de capital humano pressupõe a linearidade entre o aumento da educação formal e o crescimento econômico, sendo que, na dimensão do indivíduo, assegura

que o seu crescimento é resultado do esforço de cada um (FRIGOTTO, 2006).

Ainda assim, em termos de concepção de EPT, o PPC afirma que

[...] orienta os processos de formação com base nas premissas da integração e da articulação entre ciência, tecnologia, cultura e conhecimentos específicos e do desenvolvimento da capacidade de investigação científica como dimensões essenciais à manutenção da autonomia e dos saberes necessários ao permanente exercício da laboralidade, que se traduzem nas ações de ensino, pesquisa e extensão (IFRO, 2010a, p. 21).

Portanto, o documento se apropria da concepção politécnica presente no contexto de criação dos IFET, sinalizando aproximação com a política nacional para a área e, ao mesmo tempo, apresenta noções de formação estritamente técnica e do empreendedorismo, traduções da concepção de capital humano.

### Considerações finais

Diante da compreensão acerca de como o Projeto Pedagógico do Curso de Agropecuária, integrado ao ensino médio, do IFRO, se apropria dos conceitos discutidos na política de EPT, no contexto da criação dos IFETs no Brasil, observa-se que o referido PPC manifesta as contradições da materialização da política nacional, visto que ao mesmo tempo se apropria da concepção de EPT com elementos da politecnicidade, com trabalho em sentido ontológico.

Mostra, também, seu direcionamento para uma formação técnica e empreendedora, caminhando para o trabalho em sentido histórico de labor, aproximando da concepção de capital humano. A presença de ambas as concepções de EPT expressa, ainda, a disputa de distintas concepções de mundo e projetos societários.

### Referências

BRASIL. **A Reforma da Educação Profissional**. Ministério da Educação. Brasília, p. 29. 2002.

BRASIL. **Educação Profissional ‘Concepções. Experiências. Problemas e Propostas’**.

Brasília/DF: Ministério da Educação, 2003. 210 p. Disponível em:

[http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?](http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=27112)

[select\\_action=&co\\_obra=27112](http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=27112). Acesso em: 31 maio 2018.

BRASIL. **Educação profissional e técnica de nível médio integrado ao ensino médio:**

documento base. Brasília/DF: Ministério da Educação, 2007. 59 p. Disponível em:

[http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/documento\\_base.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/documento_base.pdf). Acesso em: 1 ago. 2020.

BRASIL. **Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio. Um**

**novo modelo em educação profissional e tecnológica: Concepção e diretrizes**. Brasília-DF:

MEC, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec>. Acesso em: 16 maio 2018.

BRASIL. **Concepção e Diretrizes dos Institutos Federais de Ciência e Tecnologia**. Brasília:

MEC, 2008.

BRASIL. **Lei nº 11.892/2008, de 29 de dezembro de 2008** . Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências., 2008. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm). Acesso em: 2 maio 2020.

BRASIL. **Seminário Nacional do Ensino Agrícola da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica**. Ministério da Educação. Brasília/DF. 2008.

CIAVATTA, M. Formação Integrada: entre a cultura da escola e a cultura do trabalho. In: CIAVATTA, M. ( . **Memória e temporalidades do trabalho e da educação**. Rio de Janeiro: Faperj, 2007.

DUARTE, N. Os conhecimentos escolares e a concepção de mundo. In: DUARTE, N. **Os conteúdos escolares e a ressurreição dos mortos: contribuição à teoria histórico-crítica do currículo**. Campinas, SP: Autores Associados, 2016.

EVANGELISTA, O. Apontamentos para o trabalho com documentos de política educacional. In: ARAÚJO, R. M. L., RODRIGUES, D. S. **A pesquisa em trabalho, educação e políticas educacionais**. Campinas, SP: Alínea, v. 1, 2012. p. 52-71.

FRIGOTTO, G. **A produtividade da escola improdutiva: um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômica-social e capitalista**. São paulo: Cortez, 2006.

FRIGOTTO, G. Os circuitos da história e o balanço da educação no Brasil na primeira década do século XXI. **Revista Brasileira de Educação**, [online], v. 16, p. 235-254, jan./abr. 2011.

FRIGOTTO, G. A produtividade da escola improdutiva a 30 anos depois: regressão social e hegemonia às avessas. **Trabalho Necessário**, Rio de Janeiro, p. 206-233, número 20 2015.

FRIGOTTO, G. Contexto da problemática do objeto da pesquisa, objetivos, categorias de análise e procedimentos metodológicos. In: \_\_\_\_\_ **Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: Relação com o ensino médio integrado e o projeto societário de desenvolvimento**. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2018. p. 320.

FRIGOTTO, G., CIAVATTA, M. O estado-da-arte das políticas de expansão do ensino médio técnico nos anos 1980 e de fragmentação da educação profissional nos anos 1990. In: FRIGOTTO, G., CIAVATTA, M. ( . ) . **A formação do cidadão produtivo: a cultura de mercado no ensino médio técnico**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006. p. 372.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social** . 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

IFRO. **Projeto pedagógico do curso técnico em agropecuária integrado ao ensino médio** . Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. Colorado do Oeste. 2010a.

PACHECO, E. Os Institutos Federais uma revolução na educação profissional e tecnológica. **Ministério da Educação**, 2009. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/insti\\_evolucao.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/insti_evolucao.pdf). Acesso em: 25 Out. 2020.

RAMOS, M. N. **História e política da educação profissional [recurso eletrônico]** . Curitiba: Instituto Federal do Paraná, v. 5, 2014.

SAVIANI, D. O CHOQUE TEÓRICO DA POLITECNIA. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, p. 131-152, Mar-Ago 2003.

SILVA, M. A. D. Do projeto político do banco mundial ao projeto político-pedagógico da escola pública brasileira. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 23, n. 61, p. 283-301, dezembro 2003.